

A (“GRANDE”) POLÍTICA COMO ELA É
Revelações de uma delação premiada e investigações em curso

Aldemario Araujo Castro
Advogado
Procurador da Fazenda Nacional
Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB
Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília - UCB
Brasília, 4 de janeiro de 2017

"A Odebrecht reconhece que participou de práticas impróprias em sua atividade empresarial. Não importa se cedemos a pressões externas. Tampouco se há vícios que precisam ser combatidos ou corrigidos no relacionamento entre empresas privadas e o setor público. O que mais importa é que reconhecemos nosso envolvimento, fomos coniventes com tais práticas e não as combatemos como deveríamos. Foi um grande erro, uma violação dos nossos próprios princípios, uma agressão a valores consagrados de honestidade e ética" (Disponível em: <<http://www.odebrecht.com>>).

“O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou nesta segunda-feira (19) ao Supremo Tribunal Federal (STF) os acordos de delação premiada de 77 de executivos da empreiteira Odebrecht, firmados com a força tarefa de investigadores do Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato. Os documentos chegaram ao STF por volta das 9h e foram trancados em uma sala-cofre” (<http://congressoemfoco.uol.com.br>).

“Em acordo de delação premiada firmado com autoridades norte-americanas, a Odebrecht e uma de suas subsidiárias, a Braskem, admitiram ter pago mais de US\$ 1 bilhão, cerca de R\$ 3,3 bilhões, em propina a funcionários do governo em 12 países, entre eles o Brasil, seus representantes e partidos políticos” (<http://congressoemfoco.uol.com.br>).

A referida declaração da Odebrecht, divulgada no site da empresa em 1º de dezembro de 2016, integrou um conjunto de iniciativas, como as acima destacadas, que confirmaram, com riqueza de detalhes, as mais espúrias formas de atuações políticas e

empresariais no Brasil ao longo das últimas décadas (cinco ou seis, pelo menos). Qualquer desavisado tinha (e tem) a clara percepção de que o país convivia (e convive) com o triste fenômeno da corrupção sistêmica. Escândalos, investigações e processos judiciais, ao longo dos anos, apontavam (e apontam) nesse sentido. Ocorre que as revelações da Odebrecht colocaram (e colocam) a ciência desse perverso estado de coisas em patamar jamais observado na história da República.

A delação premiada (mais precisamente, colaboração premiada) de Cláudio Melo Filho, ex-diretor de relações institucionais da Odebrecht S.A. vazou para a imprensa. São 82 (oitenta e duas) páginas devastadoras. Adiante destaque, com transcrições literais, algumas de suas partes mais reveladoras.

Esse documento (e outros 76 que estão por serem analisados no âmbito do STF, inclusive o do Presidente da empresa Marcelo Odebrecht) permite concluir:

a) quase todos (não são todos) os partidos políticos possuem importantes integrantes envolvidos visceralmente nos esquemas de corrupção;

b) os principais agentes políticos da República na atualidade foram mencionados como partícipes diretos e ostensivos de esquemas de corrupção voltados para beneficiar os negócios da empresa em troca de repasses pecuniários e outras vantagens. São referidos, em relatos detalhados, entre outros: b.1) Michel Temer (Presidente da República), Renan Calheiros (Presidente do Senado Federal), Rodrigo Maia (Presidente da Câmara dos Deputados), Eliseu Padilha (Ministro-Chefe da Casa Civil), Geddel Vieira Lima (ex-Ministro), Moreira Franco (Ministro), Romero Jucá (Líder do Governo no Congresso) e Eunício Oliveira (Líder do PMDB no Senado);

São inúmeras as investigações que apontam exatamente no mesmo sentido:

"Os documentos tornados públicos pelo DOJ (Departamento de Justiça) dos Estados Unidos revelam que 14 pessoas, entre políticos brasileiros e funcionários de estatais, ganharam dinheiro para ajudar os interesses das empresas Odebrecht e da Braskem, braço petrolífero do grupo./O DOJ descreve cada um dos recebedores de propina, sem citar os nomes, colocando de forma genérica os respectivos cargos./Na relação dos 14 estão membros

do alto escalão do governo, dois ministros, membros de estatais brasileiras, diretor da Petrobras e político do alto escalão do Legislativo do Brasil./Entre as histórias que mostram o envolvimento dos agentes públicos e políticos está a discussão do acordo de segurança ambiental firmado em outubro de 2010 entre a Odebrecht e a Petrobras./Segundo os investigadores americanos, a empresa ganhou o contrato depois de repassar mais de US\$ 40 milhões (R\$ 133,3 milhões, ao câmbio desta quarta-feira) para alguns partidos políticos brasileiros./O dinheiro saiu do departamento de operações estruturadas da Odebrecht, área responsável pelo gerenciamento de propina, segundo as investigações da Operação Lava Jato./Parte dos recursos foi paga diretamente a representantes específicos do governo, diz trecho do documento dos EUA./A Folha mostrou na semana passada que Márcio Faria, na época presidente da Odebrecht Engenharia Industrial, informou em delação premiada ao Ministério Público Federal que participou de uma reunião em 2010 para tratar de doações à campanha eleitoral do PMDB daquele ano em troca de facilitar a atuação da empreiteira no projeto PAC SMS (Plano de Ação de Certificação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde) da Petrobras./O encontro foi no escritório do presidente Michel Temer em São Paulo./Além dele, estavam presentes o ex-presidente da Câmara e ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o lobista João Augusto Henriques./Ligado ao PMDB, Henriques já afirmou que um contrato de quase US\$ 1 bilhão, ou R\$ 3,3 bilhões, foi fechado às vésperas do segundo turno das eleições de 2010 entre a área internacional da Petrobras, sobre a qual ele tinha influência, e a Odebrecht./O DOJ diz que um funcionário da Odebrecht, identificado como número 5, foi quem participou de toda a negociação, conversando com o cartel que havia se formado para concorrer ao pleito" (<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1843576-documentos-dos-eua-sobre-a-odebrecht-citam-receptores-de-propina.shtml>>).

“Ao menos seis empresas são suspeitas de pagar ou oferecer R\$ 145 milhões em propinas entre 2005 e 2015 para 11 parlamentares a fim de criarem ou modificarem 25 projetos de leis e medidas provisórias, de acordo com levantamento do Correio. Foram analisados papéis das operações Zelotes e Lava-Jato, que se baseiam em depoimentos, colaborações premiadas, mensagens de e-mails, anotações em agendas e transferências bancárias, contidos em sentenças, relatórios da Polícia Federal e denúncias do Ministério Público. Parte da legislação supostamente “comprada” não foi identificada totalmente, com o nome do pagador, do “vendedor” do valor e ou mesmo da norma exata que seria negociada. A maioria das regras em discussão se refere a impostos e a isenções fiscais, assunto estratégico no mundo das finanças./As empresas apontadas como “compradoras” de leis no Congresso

são as construtoras Odebrecht e OAS, a siderúrgica Gerdau, o banco BTG Pactual e as montadoras de automóveis Caoa Hyundai e MMC Mitsubishi. Esta última teve dois executivos condenados pela Justiça por corrupção ativa acusados da “compra” da MP 471. À exceção da Odebrecht, que admitiu ter cometido crimes, todas as empresas têm negado participação nos esquemas. O BTG Pactual lidera a lista com R\$ 45 milhões, seguido pela Odebrecht, com R\$ 27 milhões. Um grupo de lobistas, geralmente contratados por montadoras não totalmente identificadas neste episódio, é suspeito de encaminhar outros R\$ 45 milhões para modificar uma medida provisória no Congresso./Os parlamentares e ex-congressistas apontados como “vendedores” são os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Ciro Nogueira (PP-PI), os deputados Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) e Duarte Nogueira (PSDB-SP), o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), os ex-senadores Gim Argello (ex-PTB-DF) e Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) e o ex-deputado Carlinhos Almeida (PT-SP)” (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/12/25/internas_polbraeco,562514/empresas-pagaram-para-alterar-medidas-provisorias-no-congresso.shtml).

c) as somas entregues aos beneficiários, com minuciosas indicações das operações, são invariavelmente milionárias;

d) a atividade empresarial da Odebrecht dependia substancialmente de esquemas de corrupção (só a da Odebrecht ou estamos diante de um componente integrante do sistema econômico nesta quadra histórica?);

e) a propina era paga nas mais diversas formas: e.1) entregas imediatas; e.2) doações eleitorais regularmente contabilizadas; e.3) caixa 2 eleitoral; e.4) presentes e e.5) vantagens não pecuniárias;

f) muitos beneficiários do esquema de corrupção não serão conhecidos porque recebiam repasses de figuras que atuavam como coordenadores de arrecadação para distribuição posterior;

g) vários agentes políticos tomam a iniciativa de “procurar” os “financiadores” (algo como o “direito à propina”).

Uma cautela é necessária. A delação (mesmo dezenas delas) não é prova viabilizadora de condenações penais. Nos termos da lei, reclama o fornecimento pelo “delator” de informações e documentos que comprovem os fatos anunciados. É exatamente porque precisam ser corroboradas por elementos consistentes que as declarações de dezenas de executivos de uma empresa do porte da Odebrecht merece consideração. Não faz o menor sentido ser uma mera trama para criar embaraços para dezenas de agentes políticos dos mais graduados com fortíssimas repercussões negativas para a empresa e seus dirigentes.

Uma palavra sobre o Partido dos Trabalhadores (e seus principais quadros). Esse texto não abordou essa deletéria agremiação em função do enfoque dado pela delação do senhor Cláudio Melo Filho. Em outras ocasiões, registrei que o PT e suas principais lideranças abandonaram um projeto de transformação social por um projeto de poder pelo poder com a utilização das mais vis e abjetas ações no campo da corrupção e malversação do interesse público.

As revelações da Odebrecht mostraram mais um capítulo da degeneração do PT e seus governos: *“Documentos do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) apontam repasse de R\$ 50 milhões da Odebrecht, pago pelo departamento de propina da empresa, à campanha da ex-presidente Dilma Rousseff em troca de um benefício à Braskem. Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo publicada nesta sexta-feira (23), no documento os americanos descrevem uma ação da Odebrecht e da Braskem junto a autoridades do governo, entre 2006 a 2009, para garantir um benefício tributário à petroquímica”* (<http://congressoemfoco.uol.com.br>).

E ainda: *“A Receita abriu a investigação contra o instituto [Instituto Lula] em dezembro do ano passado e analisa, além do exercício fiscal de 2011, as declarações de imposto de renda dos anos de 2012, 2013 e 2014./A principal irregularidade identificada até agora nas auditorias foi o pagamento de R\$ 1,3 milhão nos anos de 2013 e 2014 para a empresa G4 Entretenimento, que pertence a Fábio Luís, filho do ex-presidente; e a Fernando Bittar, dono do sítio de Atibaia (SP) frequentado por Lula e que é alvo de investigação da Operação Lava Jato./Segundo os auditores, houve simulação de prestação de serviço pela G4 como forma de mascarar a transferência de recursos da entidade para o ex-presidente ou parentes, configurando o desvio de funcionalidade./Também foram apontados pagamentos*

sem destinatários e o aluguel de um imóvel apontado como sede, mas que era diferente do endereço do instituto./No período auditado, a entidade recebeu quase R\$ 35 milhões em doações, boa parte de empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato. Os auditores também contestaram doações de duas entidades sem fins lucrativos que, juntas, destinaram R\$ 1,5 milhão ao instituto entre 2013 e 2014" (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1844069-instituto-lula-e-autuado-pela-receita-federal-por-desvio-de-finalidade.shtml>).

É imperiosa, não parece restar dúvida, a realização de uma reforma política profunda, numa perspectiva popular e democrática. Esse movimento deve buscar explicitar quais os interesses e respectivos segmentos sociais efetivamente representados pelos atores do mundo da política. Em outras palavras, como cada representante se "coloca" em relação às estratégicas questões nacionais. Deve, ainda, ser especialmente dura em relação aos mecanismos e espaços institucionais facilitadores da corrupção.

Cumprir destacar que medidas político-eleitorais, mesmo profundas e moralizadoras, somente produzirão resultados satisfatórios se conjugadas com a conscientização e mobilização populares crescentes. Essas últimas são as chaves das verdadeiras mudanças. Não serão iluminados, vingadores, salvadores da Pátria e outros tipos de paladinos da ética, da moralidade ou dos bons costumes que promoverão as transformações substanciais que o Brasil reclama.

TRANSCRIÇÕES LITERAIS DE TRECHOS DA DELAÇÃO DE CLÁUDIO MELO FILHO (Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI250418,51045-Veja+a+integra+da+delacao+de+Claudio+Melo+Filho+exdiretor+da+Odebrecht>)

I. RESUMO DA “OBRA”

"Em agosto de 2004, quando vim para Brasília ...

Sabia que o apoio legislativo oferecido pelos agentes políticos às empresas se dava, na prática, ao menos em troca de contribuições em períodos eleitorais, quando não em troca de contrapartidas financeiras mais imediatas, conforme demonstrarei em alguns meus relatos. Por causa disso, vários agentes políticos tentaram se aproximar de mim. Valendo-me da situação, percebi que deveria selecionar determinados agentes com relevância política e que teriam melhores condições de gerar resultados positivos para a minha empresa.

Resumindo, minha atuação, por ser da área de relações institucionais, é no sentido de manter perene e diretamente, e com o apoio das entidades de classe que representam os setores afetos às empresas do grupo, relações institucionais com parlamentares, que preferencialmente exercem forte liderança em seu partido e em seus pares. A minha empresa tem interesse na permanência desses parlamentares no Congresso e na preservação da relação, uma vez que historicamente apoiam projetos de nosso interesse e possuem capacidade de influenciar os demais agentes políticos. O propósito da empresa, assim, era manter uma relação frequente de concessões financeiras e pedidos de apoio com esses políticos, em típica situação de privatização indevida de agentes políticos em favor de interesses empresariais nem sempre republicanos.

Adicionalmente, busquei identificar e apoiar políticos promissores, que, além de defender projetos de interesses convergentes, demonstram capacidade de exercer liderança no Congresso e nos respectivos partidos, passando, portanto, a figurar na lista de políticos estratégicos. No caso de agentes políticos promissores, a identificação dos mesmos em seus respectivos Estados de origem se dá, à exceção da Bahia, pelos DSs e DCs respectivos. No caso da Bahia, a minha participação efetivamente ocorre, pois se trata do meu Estado de origem. Para desenvolver a nova função que havia assumido, procurei montar uma boa equipe

e por em prática desenvolvimento de uma agenda de acompanhamento legislativo qualificado.

Ao longo desses anos, mantive contatos mais frequentes com os seguintes agentes políticos: João Almeida, Renan Calheiros, Moreira Franco, Bruno Araújo, Heráclito Fortes, Arthur Maia, Geddel Vieira Lima, José Carlos Aleluia, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Antonio Imbassahy, Lúcio Vieira Lima, Gim Argello, Leur Lomanto, Jutahy Magalhães, Michel Temer, Inaldo Leitão, Walter Pinheiro, João Carlos Bacelar, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Aldo Rebelo, Rogério Rosso, Antonio Brito, Benito Gama, Rodrigo Maia, Paes Landim, José Agripino, Jacques Wagner, Paulo Abi-akel, e Claudio Cajado.

Além disso, em casos mais episódicos, mantive algum contato com os seguintes agentes políticos: Luiz Carlos Hauly, Carlos Sampaio, Cristóvam Buarque, Fábio Ramalho, Marco Maia, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Arlindo Chinaglia, Mendonça Filho, Arnaldo Jardim, Daniel Almeida, Paulo Pimenta, Julio Delgado, Lidice da Mata, Eduardo Cunha, Paulo Magalhaes, Nelson Pelegrino, Agnaldo Ribeiro, Delcídio do Amaral, Fernando Collor, Rui Costa, Carlinhos Almeida e Eduardo Braga.

Alguns desses parlamentares me solicitaram patrocínio financeiro, na forma que relatarei em seguida. Os pagamentos destinados a agentes políticos que eram indicados por mim dentro da minha empresa eram aprovados por Marcelo Odebrecht, pelos presidentes ou pelos diretores dos negócios. Isso não retira, por evidente, o peso do meu apoio a um determinado pagamento dentro da empresa. Os agentes políticos sabiam do peso da minha opinião favorável dentro da empresa e eu sempre usei isso em meu favor.

Relatarei em seguida os eventos relevantes que contaram com minha participação ou conhecimento preciso. Quero, antes de tudo, esclarecer que apresento, neste momento, relatos totalmente refeitos e revisados, frutos de grande esforço de detalhamento e recuperação de fatos e dados. Também trago fatos que sei que podem ser relevantes fontes para alavancar novas linhas de investigação. Tenho convicção de que, com meus relatos, deixarei clara a forma pragmática como funcionava a política nos bastidores do Congresso Nacional.

II. PMDB NO SENADO FEDERAL (RENAN, JUCÁ E EUNÍCIO)

“O núcleo dominante do PMDB no Senado Federal tem a sua cúpula formada pelos Senadores Romero Jucá, Renan Calheiros e Eunício Oliveira. Esse grupo é bastante coeso em suas atuações e possui enorme poder de influência sobre outros parlamentares, tanto do partido como de outras legendas. Esse fato dá a esse núcleo grande poder de barganha, pois possui a capacidade de praticamente ditar os rumos que algumas matérias serão conduzidas dentro do Senado Federal.

Os papéis desempenhados por cada um dos Senadores dentro do grupo são bastante claros. Pela sua capacidade de interlocução política (tendo sido líder do governo por vários anos seguidos), o Senador Romero Jucá pode ser considerado o “homem de frente” nas tratativas diretas com agentes particulares. Um exemplo disso é encontrado no fato de que o gabinete do Senador sempre foi concorrido e frequentado por agentes privados interessados na sua atuação estratégica.

Exatamente por essa posição destacada, o Senador Romero Jucá, no meu entendimento, é o principal responsável pela arrecadação de recursos financeiros dentro do grupo do PMDB no Senado. Dedico a ele um relato à parte exclusivo, pois foi ele o meu principal interlocutor dentro do Senado Federal. A minha experiência deixou claro que o Senador Romero Jucá centralizava o recebimento de pagamentos e distribuía os valores internamente no grupo do PMDB do Senado Federal, especificamente, no que posso atestar com total segurança, no que diz respeito aos Senadores Renan Calheiros e Eunício Oliveira.

O Senador Renan Calheiros, embora algumas vezes interagisse diretamente comigo, como detalho no Anexo 2.3, atuava, em regra, sob a representação do Senador Romero Jucá, delegando a ele a tarefa de negociar, em seu nome, os repasses financeiros decorrentes de auxílios legislativos. Ainda que, em alguns casos, eu não tenha tido tratado diretamente com o Senador Renan Calheiros, eu sempre tive a certeza de que os entendimentos acertados com Romero Jucá eram automaticamente acertados com Renan. Acredito que existia, de fato, uma relação de preposição, em que o Senador Romero Jucá falava em nome dos dois.

Desde que assumiu mandato de Senador, em 2011, o Senador Eunício também passou a ser representado pelo Senador Romero Jucá. Percebia isso quando eu tratava com Romero Jucá, que deixava claro que seus pedidos e alinhamentos representavam também a vontade do Senador Eunício Oliveira.

O grupo político dominante do PMDB no Senado Federal, portanto, concentra grande poder e, centralizado em Romero Jucá, arrecada recursos financeiros que são repassados internamente dentro dos nomes associados a esse grupo”.

III. PMDB NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (TEMER, PADILHA, MOREIRA FRANCO, GEDDEL E CUNHA)

“O núcleo político organizado do PMDB na Câmara dos Deputados é historicamente liderado por Michel Temer, atual Presidente da República.

À semelhança do que ocorre no Senado Federal, esse grupo é capitaneado por três nomes: Michel Temer, Eliseu Padilha (atual Ministro-chefe da Casa Civil) e Moreira Franco (Ministro de Estado do atual Governo). Dedico a cada um deles anexo próprio, em que relato detalhadamente os relacionamentos que mantive com todos. Pelo que pude perceber ao longo dos anos, a pessoa mais destacada desse grupo para falar com agentes privados e centralizar as arrecadações financeiras é Eliseu Padilha. Ele atua como verdadeiro preposto de Michel Temer e deixa claro que muitas vezes fala em seu nome. Eliseu Padilha concentra as arrecadações financeiras desse núcleo político do PMDB para posteriores repasses internos.

Michel Temer atua de forma muito mais indireta, não sendo seu papel, em regra, pedir contribuições financeiras para o partido, embora isso tenha ocorrido de maneira relevante no ano de 2014, conforme detalharei adiante. Esse papel de “arrecadador” cabe primordialmente a Eliseu Padilha e, em menor escala, a Moreira Franco.

Tanto Moreira Franco como Eliseu Padilha, contudo, valem-se enormemente da relação de representação/preposição que possuem de Michel Temer, o que confere peso aos pedidos formulados por eles, pois se sabe que o pleito solicitado em contrapartida será atendido também por Michel Temer.

Geddel Vieira Lima também possui influência dentro do grupo, interagindo com agentes privados para atender seus pleitos em troca de pagamentos.

De forma mais recente, Eduardo Cunha ganhou bastante espaço dentro desse núcleo do

PMDB, muito em razão do poder que tinha de influenciar seus pares (entre eles alguns deputados que assumiram papel relevante, como Henrique Eduardo Alves), o que era uma poderosa moeda de troca na hora de negociar a sua atuação como parlamentar.

Essa, portanto, é a minha visão macro sobre o funcionamento orgânico do PMDB, que possui duas grandes células de atuação com relativa independência entre si”.

IV. FORMA “NORMAL” DE PAGAMENTO DA PROPINA: CONTRIBUIÇÃO A PRETEXTO DE CAMPANHA ELEITORAL

“A forma como tratei os temas que relato a seguir era fundamentada em uma certeza: todo apoio desenvolvido pelo Senador, teria, nos momentos de campanha, uma conta a ser paga. As insinuações não deixavam dúvidas de que no momento certo eu seria demandado pelo parlamentar. Salvo alguns casos que serão especificamente apontados adiante, essas demandas sempre ocorriam em períodos eleitorais. De forma clara e objetiva: eu e o Senador tínhamos a convicção de que os apoios aos pleitos da empresa seriam posteriormente equacionados no valor estabelecido para contribuição a pretexto de campanha eleitoral, fosse ela realizada de forma oficial ou via caixa 2. Eu solicitava a aprovação das contribuições ao Senador Romero Jucá a Marcelo Odebrecht, ou, a depender do tema tratado, a algum LE. Essas contribuições eleitorais eram medidas, definidas e decididas de acordo com a relevância dos assuntos de nosso interesse que tinham sido defendidos pelo parlamentar”.

V. ROMERO JUCÁ: REPRESENTAVA RENAN CALHEIROS E CONCENTRAVA A ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO PMDB

“De forma clara e objetiva: eu e o Senador tínhamos a convicção de que os apoios aos pleitos da empresa seriam posteriormente equacionados no valor estabelecido para contribuição a pretexto de campanha eleitoral, fosse ela realizada de forma oficial ou via caixa 2.

Eu solicitava a aprovação das contribuições ao Senador Romero Jucá a Marcelo Odebrecht, ou, a depender do tema tratado, a algum LE. Essas contribuições eleitorais eram medidas, definidas e decididas de acordo com a relevância dos assuntos de nosso interesse que tinham sido defendidos pelo parlamentar.

A natureza do meu relacionamento com o Senador Romero Jucá, fundamentado no apoio aos nossos pleitos e nos pagamentos supostamente destinados para campanhas, me garantiu proximidade ao Senador Romero Jucá, ao ponto de acessá-lo diretamente por telefone ou, mesmo com o gabinete cheio de pessoas aguardando para tratar com o Senador, eu ter a preferência de ser o primeiro a ser recebido.

Eu sempre vi no Senador Romero Jucá a presença intrínseca da figura do Senador Renan Calheiros. Isso significa que eu sabia que os pleitos que eu levava ao Senador Romero Jucá também seriam transmitidos ao Senador Renan Calheiros e por ele defendidos. Isso bastava para que eu entendesse o recado e visualizasse o tamanho da posição política representada por Romero Jucá. Reforça este entendimento o fato de que seu gabinete sempre esteve repleto de empresas buscando a defesa para seus pleitos.

O fato de o Senador Romero Jucá representar também o Senador Renan Calheiros era tão notório que, em uma oportunidade, procurei tratar com o Senador Renan Calheiros sobre um tema de interesse que já havia tratado antes com o Senador Jucá, e Renan Calheiros me interrompeu logo no início, afirmando já estar ciente e garantindo que eu não me preocupasse.

Além da liderança parlamentar e do fato de ser um efetivo representante do Senador Renan Calheiros, o Senador Romero Jucá desempenha papel de grande relevância internamente no PMDB. Além de já ter ocupado o cargo de Vice-Presidente, é pública a vozativa do Senador dentro de seu partido. O Senador Romero Jucá desempenha, assim, função de clara ascendência sobre grande parte de outros políticos do PMDB.

Acredito que, pelo menos no que toca a Odebrecht, nos temas afetos a mim a importância de Romero Jucá no PMDB transcendia a mera liderança política, pois ele concentrava a arrecadação e distribuição dos recursos destinados ao partido. Os relatos abaixo corroboram essa minha visão.

Ao longo dos anos que mantive interlocução com o Senador Romero Jucá, participei de pagamentos a ele que hoje superam R\$ 22.000.000,00. Como tive conhecimento, esses valores eram centralizados no Senador Romero Jucá e posteriormente redistribuído dentro de seu grupo no PMDB. Todos os detalhes referentes a esses pagamentos e das contrapartidas decorrentes deles serão narrados com profundidade em relatos específicos constantes no item

3. Essa característica sempre foi considerada por mim como ponto de referência na minha relação.

As reuniões que eu realizei com Romero Jucá foram sempre agendadas através da minha secretária, Diva Souza, que marcava com Cristiane, secretária do Senador, através do número de telefone 3303-2111/2119. As reuniões sempre ocorreram no Senado Federal Anexo 2, Ala Senador Afonso Arinos, Gabinete do Senador, em horários variados ao longo do dia.

Em várias reuniões José Filho esteve presente comigo. As reuniões ocorriam na sala do Senador, sempre em uma mesa grande retangular, que ficava logo na entrada de sua sala. Em algumas oportunidades, eu e José Filho ficávamos esperando o Senador já na sala dele, o que demonstrava uma grande deferência dele à nossa relação e à empresa. Sempre fui às reuniões no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), com meu motorista Carlos Eduardo. Na maioria das vezes eu entrava no Senado Federal pelo Anexo II, que dá acesso à biblioteca, sendo possível ver registros de minha entrada ao longo dos anos”.

VI. ENCONTRO DIRETO COM RENAN CALHEIROS

“Em 2010, como consta da planilha entregue pela minha empresa ao Ministério Público, ocorreu uma contribuição financeira a Renan Calheiros, com codinome “justiça”. Apesar de me recordar desse fato e de o meu nome constar na referida planilha, não fui eu quem tratou com o Senador desta contribuição específica. Na planilha consta como responsável pelo pagamento Ariel Parente, tendo sido aprovada pelo DS João Pacífico. O valor que consta é de R\$ 500.000,00, realizado da seguinte forma:

Data	Codinome	Valor (R\$)	Responsável
10/08/2010	Justiça	250.000,00	Ariel
10/09/2010	Justiça	250.000,00	Ariel

No ano de 2014, em oportunidade que estava reunido com o Senador Renan Calheiros, na residência oficial do senado, em reunião agendada por Milton Pradines, da equipe de RI da Braskem, tratamos especificamente do tema de renovação dos contratos de fornecimento de energia para empresas eletrointensivas do Nordeste para as plantas industriais. Nessa reunião,

fomos recebidos pelo staff da residência oficial que nos direcionou para a sala de visitas. Na entrada tínhamos que dar o nome de todas as pessoas que estavam no carro e que iam participar da reunião, sendo verificada a pertinência da entrada. O Senador, que chegou logo depois, ficou sentado em uma cadeira ao lado das demais pessoas, que ficaram em um sofá encostado na parede.

Em determinado momento da conversa, ele me disse que seu filho seria candidato ao governo de Alagoas e me pediu expressamente, que eu verificasse se a empresa poderia contribuir. Acredito que o pedido de pagamento de campanha a seu filho ao governo do Estado de Alagoas, justamente no momento em que se apresentavam os aspectos técnicos relevantes, era uma contrapartida para o forte apoio dado à renovação dos contratos de energia, inclusive publicamente, e que culminou na edição da MP n. 677/15. Entendi, na oportunidade, que esses pagamentos, caso não fossem realizados, poderiam vir a prejudicar a empresa de alguma forma.

Durante o trâmite da Medida Provisória, estive mais uma vez com o Senador para reforçar a importância do tema para a empresa. O encontro também se deu na residência oficial, em que fomos recebidos pelo staff e encaminhados para uma sala logo na entrada, ao lado direito da porta principal, que parece a um escritório. Depois de uns 20 minutos o Senador apareceu.

Soube posteriormente que foram doados oficialmente R\$ 320 mil a pretexto de campanha, sendo R\$ 200 mil para a candidatura direta e R\$ 120 mil através do diretório estadual do PMDB/AL e depois repassado para a campanha da candidatura, conforme tabela abaixo.

Doador

Doador Originário

Data

Nº Recibo Eleitoral

Valor R\$

Nome do Candidato

BRASKEM

20/08/14

000150300000AL0

R\$200.000,00

JOSE RENAN VASCONCEL

No mesmo período, falei também diretamente com João Pacífico que me disse que este assunto já estaria resolvido, pois ele teria interesse direto por ter a obra do canal do sertão alagoano, naquele estado. Depois eu fui informado que haviam sido doados R\$ 1,2 milhão a título de campanha.

Minha ação foi de transmitir e apoiar internamente o pedido feito pelo Senador Renan Calheiros, porque era do meu interesse atendê-lo, tendo em vista que a minha empresa tinha agenda institucional permanente no Senado Federal”.

VII. ENCONTRO DIRETO COM MICHEL TEMER

“Por ter conhecimento da relevância política de Eliseu Padilha e da sua relação de extrema proximidade com Michel Temer, busquei meu próprio espaço junto a ele. José Carvalho Filho me apresentou a Eliseu Padilha, mas a confiança somente foi atingida quando ele percebeu que havia uma relação de amizade que envolvia seus parceiros Geddel Vieira Lima e Wellington Moreira Franco, núcleo duro do grupo político liderado por Michel Temer dentro do PMDB. Ficou claro para ele que através da minha interlocução ele poderia chegar a Marcelo Odebrecht.

No tema do jantar, que relato no Anexo n. 4.1, foi ele o representante escolhido por Michel Temer – fato que demonstrava a confiança entre os dois –, que recebeu e endereçou os pagamentos realizados a pretexto de campanha solicitadas por Michel Temer. Este fato deixa claro seu peso político, principalmente quando observado pela ótica do valor do pagamento realizado, na ordem de R\$ 4 milhões de reais. Acredito que ele atuava na coordenação do direcionamento dos recursos, pelo menos no que tange a Odebrecht, que eram repassados ao grupo que ele representava dentro do PMDB.

(...)

Como relatarei com detalhes no Anexo n. 4.1, estive com Michel Temer em um jantar no Jaburu, oportunidade em que ele solicitou a Marcelo Odebrecht pagamento ao PMDB. Esses pagamentos, no valor de R\$ 4 milhões, foram realizados via Eliseu Padilha, preposto de

Temer, sendo que um dos endereços de entrega foi o escritório de advocacia do Sr. José Yunes, hoje Assessor Especial da Presidência da República.

Como já mencionei, estive com Michel Temer, também, para transmitir a ele um recado pedido de Marcelo Odebrecht. O recado era relatar a pergunta que Graça Foster, então presidente da Petrobrás, fez a Marcelo sobre a existência de pagamentos da empresa a nomes do PMDB para durante a campanha eleitoral de 2010, conforme já detalhado no relato n. 2.5.

Resumindo, para fazer chegar a Michel Temer os meus pleitos, eu me valia de Eliseu Padilha ou Moreira Franco, que o representavam. Essa era uma via de mão dupla, pois o atual Presidente da República também utilizava seus prepostos para atingir interesses pessoais, como no caso dos pagamentos que participei, operacionalizado via Eliseu Padilha.

(...)

4.1 Eu participei de um jantar no palácio do Jaburu juntamente com Marcelo Odebrecht, Michel Temer e Eliseu Padilha. Michel Temer solicitou, direta e pessoalmente para Marcelo, apoio financeiro para as Campanhas do PMDB no ano de 2014. O jantar ocorreu possivelmente no dia 28 de maio de 2014, para o qual fui no carro da empresa (Toyota Corolla cinza – Placas dos carros da empresa: JIZ 0228, PAZ 4158 e PAZ 4159), conduzido por Carlos Eduardo, cuja placa é . Há chamada telefônica destinada ao celular de Eliseu Padilha, às 20h16min no dia de realização do jantar.

Data_Hora_Chamada Duração Número Pessoa

27/05/2014 15:08:05 0,90 6199430137 Eliseu Padilha

28/05/2014 20:16:27 0,50 6199430137 Eliseu Padilha

Chegamos no Palácio do Jaburu e fomos recebidos por Eliseu Padilha. Como Michel Temer ainda não tinha chegado, ficamos conversando amenidades em uma sala à direita de quem entra na residência pela entrada principal. Acredito que esta sala é uma biblioteca. Após a chegada de Michel Temer, sentamos na varanda em cadeiras de couro preto, com estrutura de alumínio.

No jantar, acredito que considerando a importância do PMDB e a condição de possuir o Vice-

Presidente da República como Presidente do referido partido político, Marcelo Odebrecht definiu que seria feito pagamento no valor de R\$ 10.000.000,00. Claramente, o local escolhido para a reunião foi uma opção simbólica voltada a dar mais peso ao pedido de repasse financeiro que foi feito naquela ocasião. Inclusive, houve troca de e-mails nos quais Marcelo se referiu à ajuda definida no jantar, fazendo referência a Temer como “MT”.

De: MO

Para: Hilberto Silva

CC: BJ, CF, CMF

09/10/2014, 09h01

Assunto: sem assunto

PS ficou com aquele buraco de 4 reais com DM (entre outros). O que era obvio. Depois de muito choro não tive como não ajudar na seguinte linha (de ter algum conforto ainda que “moral”)

– Vamos combinar o pgto com DM via HS para fev/15 (HS: eu disse que você procuraria DM para confirmar)

- fico com este crédito para a próxima, onde não nos buscaria

- ele avisaria o amigo de CMF (MT) que este seria nosso únicos contas a pagar do time dele!

Michel Temer, em uma oportunidade, esteve disponível para ouvir tema de interesse da Odebrecht. Este foi o caso de uma viagem institucional que seria realizada por Michel Temer a Portugal, país em que a Odebrecht tem atuação. Entreguei nota a Michel Temer sobre a atuação da companhia em Portugal. Esse exemplo deixa claro a espécie de contrapartida institucional esperada entre público e privado. Do total de R\$ 10 milhões prometido por Marcelo Odebrecht em atendimento ao pedido de Michel Temer, Eliseu Padilha ficou responsável por receber e alocar R\$ 4.000.000,00. Compreendi que os outros R\$ 6.000.000,00, por decisão de Marcelo Odebrecht, seriam alocados para o Sr. Paulo Skaff.

Na parte que me foi designada, pedi a José Filho que mantivesse contatos com Eliseu Padilha para alinhamento da forma de pagamento. Além disso, mantive contatos telefônicos com Eliseu Padilha para tratar do assunto.

Segundo me foi informado por Eliseu Padilha, sei que parte do pagamento foi destinada ao ex-deputado Eduardo Cunha. Reforça este entendimento o fato de Eduardo Cunha, à época do

repassse financeiro, ter telefonado diretamente a José Filho e, segundo este me relatou à época, reclamou, de forma rude, pois não havia confirmação do pagamento pela área de operações estruturadas. O valor aproximado foi de R\$ 1,0 milhão.

Após José Filho me relatar o ocorrido, transmiti a reclamação de Eduardo Cunha a Hilberto Silva. Da mesma forma, procurei Eduardo Cunha para acalmá-lo e esclarecer que não tinha conhecimento de que o pagamento feito a Eliseu Padilha seria repassado a ele e quais eram os valores que havia sido definidos, pois isso não era determinado pela empresa.

Quero ressaltar que nas vezes que me foi solicitada qualquer agenda com Michel Temer, procurava Eliseu Padilha, que viabilizava os encontros para as demandas da empresa. No caso em concreto o codinome utilizado pelo setor de operações estruturadas para definir Eliseu Padilha nesta operação financeira foi “Angorá”. A título de informação, que reforça a relação de representação entre Eliseu Padilha e Moreira Franco, este último tem o apelido de Gato Angorá. Durante a coleta de dados de corroboração, apurei que um dos pagamentos, que havia solicitado José filho fazer, ocorreu entre 10 de agosto e o final de setembro de 2014 na Rua Capitão Francisco, 90, Jardim Europa, sede do escritório de Advocacia José Yunes e Associados. José Yunes hoje é assessor especial da presidência da República”.

VIII.

1. Senador Eunício Oliveira (codinome “Índio”): os pagamentos foram realizados no valor aproximado de R\$ 2.100.000,00. O Sr. Ricardo Augusto (foto anexa como dado de corroboração), preposto do Senador Eunício, foi a nosso escritório, se apresentou a mim e eu o encaminhei para José Filho, para que entregasse a senha e o local onde os pagamentos seriam realizados. O valor foi dividido em duas parcelas, sendo uma paga em Brasília e a outra em São Paulo. Os pagamentos foram realizados entre outubro de 2013 e janeiro de 2014. O Drousys indica dois pagamentos de R\$ 1.000.000,00 para Eunício Oliveira (codinome “Índio”), nas datas de 24/10/2013 e 27/01/2014.

IX.

b) Dep. Rodrigo Maia (codinome “Botafogo”): Durante a fase final da aprovação da MP 613, o Deputado, a quem eu pedi apoio para acompanhar a tramitação, aproveitou a oportunidade e

alegou que ainda havia pendências da campanha de Prefeito do Rio de Janeiro em 2012. Solicitou-me uma contribuição e decidi contribuir com o valor aproximado de R\$ 100.000,00, que foi pago no início do mês de outubro de 2013. Referido parlamentar era visto por mim como ponto de interlocução dentro da Câmara dos Deputados na defesa dos interesses da empresa.

X.

Por ocasião ainda da campanha de 2014, a pedido de Marcelo Odebrecht, comuniquei ao Senador que a companhia iria fazer um pagamento a ele no valor de R\$ 1.000.000,00. Destaco que o Senador José Agripino não era candidato a cargo eletivo nas eleições de 2014. Segundo me foi dito por Marcelo Odebrecht, esse valor teria sido solicitado a ele pelo Senador Aécio Neves como uma forma de apoio ao DEM, que era presidido à época pelo Senador José Agripino.

XI.

Este relato é apenas para mostrar como às vezes somos abordados por pessoas com quem não temos relação, mas que muitas vezes esses agentes políticos se acham no direito de proceder como querem apenas em razão de possuir mandato eletivo. Certa feita, recebi uma ligação no meu escritório da Senadora Kátia Abreu – pessoa que não conhecia -, a pedido de Marcelo Odebrecht, segundo ela me relatou. Na ligação ela disse que Marcelo iria ajudá-la e por isso ela estava me ligando. Achei um absurdo a ligação e transmiti a Marcelo Odebrecht, que desmentiu o fato e disse que já havia pedido a Fernando Reis que fizesse um apoio. Sei que o apoio foi realizado porque José Carvalho Filho intermediou o encontro entre Mário Amaro, DS de Fernando Reis e a pessoa indicada pela senadora. Não sei precisar o valor, mas o relato serve de ilustração de fatos que ocorrem em Brasília. Quando ela já era ministra da Agricultura, Marcelo Odebrecht solicitou um encontro com a ministra, nesta oportunidade ele convidou Luiz de Mendonça e eu, foi quando fui apresentado a ela.